



TÉCNICO AMBIENTAL – 21 A 40

21. (PMA/URCA 2026) A posição do Governo Brasileiro, através de sua diplomacia, no âmbito da realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, foi:

- A) De aceitação imediata da pauta ambiental, atuando nos bastidores para a sua aprovação sem maiores restrições.
- B) De confronto com a pauta ambiental de cunho conservacionista que estava sendo construída, trabalhando para que ela não fosse aprovada.
- C) Como uma grande oportunidade para encampar as práticas mais sustentáveis nos órgãos governamentais.
- D) Um caminho rápido e eficaz para colocar fim no processo de geração de energia de base nuclear.
- E) Trabalhou para a construção do entendimento em torno do conservacionismo, evitando o tema do desenvolvimento.

22. (PMA/URCA 2026) A base científica da ecologia moderna data do século XIX, mais especificamente do ano de 1866, em uma obra intitulada “Morfologia Geral do Organismo”. Foi nesta obra, pela primeira vez, que a palavra ecologia foi utilizada. De acordo com a literatura especializada, o cientista responsável por ter utilizado pela primeira vez a palavra ecologia foi:

- A) Alexander von Humbolt.
- B) Carlos Lineu
- C) Georges-Louis Leclerc
- D) Charles Darwin
- E) Ernst Haeckel

23. (PMA/URCA 2026) A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”. Para a referida lei, a degradação da qualidade ambiental pode ser entendida como:

- A) A alteração adversa das características do meio ambiente.
- B) O conjunto de condições e leis que regem todas as formas de vida.
- C) As ações humanas que favorecem a recuperação ambiental.
- D) Aquela que impacta diretamente a vida dos seres vivos, exceto o homem.
- E) Ações humanas que ajudam a proteger a biota regional e os ecossistemas.

24. (PMA/URCA 2026) A Instrução Normativa 14, de 01 de julho de 2024, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), versa sobre “procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Área Alterada (PRAD)”. Nesse sentido, área alterada ou perturbada pode ser entendida como:

- A) Área impossibilitada de retornar por uma trajetória natural, a um ecossistema que se assemelhe a um estado previamente conhecido.
- B) Área com vegetação predominantemente nativa em estágio primário ou secundário.
- C) Área que, após o impacto ou dano ambiental, ainda mantém meios de regeneração biótica, ou seja, possui capacidade de regeneração natural.
- D) Ecossistema natural de uma região ecológica que pode servir de modelo ou alvo para o planejamento da restauração ecológica.
- E) Capacidade de um ecossistema suportar e manter uma comunidade de organismos equilibrada, integrada e adaptada.

25. (PMA/URCA 2026) A primeira vez que apareceu em uma Constituição Federal brasileira um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente (proteção ambiental), passando a ser conhecida como “Constituição Verde”, foi na Constituição Federal de:

- A) 1934
- B) 1937
- C) 1946
- D) 1988
- E) 1967

26. (PMA/URCA 2026) As competências da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Estado do Ceará), estão definidas no artigo 3º da Lei 15.798, de 01 de junho de 2015. Entre elas é possível destacar:

- A) Elaborar, planejar e implementar a política ambiental do Estado.
- B) Delegar à SEMACE a coordenação do sistema ambiental estadual.
- C) Propor a criação de Unidades de Conservação e não realizar a sua gestão.
- D) Manter inalterada a legislação ambiental do Estado do Ceará.



- E) Se eximir de políticas setoriais que tenham impacto ambiental.
- 27. (PMA/URCA 2026) A primeira conferência Mundial sobre Educação Ambiental, onde foram definidos os princípios e as diretrizes metodológicas sobre a educação ambiental, foi realizada em:**
- A) A conferência Rio+20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro.
- B) A Conferência Rio+10, realizada em Joanesburgo, África do Sul.
- C) Conferência de Tbilisi, realizada em 1977, na Geórgia (então URSS).
- D) Conferência de Paris, realizada em 2015, em Paris.
- E) Conferência das Partes (COP) 30, realizada em 2025, em Belém.
- 28. (PMA/URCA 2026) A lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), “Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”. Com relação à lei de crimes ambientais, é possível afirmar:**
- A) As pessoas físicas podem incidir nas penas cominadas na lei de crimes ambientais, mas as pessoas jurídicas não podem ser alcançadas por esta legislação, sendo responsabilizadas no âmbito do código penal.
- B) O diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica não podem, em nenhuma hipótese, responder por crimes ambientais.
- C) Para fins de aplicação das penas previstas na lei de crimes ambientais, não precisam ser levados em consideração a gravidade do fato, os antecedentes do infrator ou a sua situação econômica.
- D) Para a lei de crimes ambientais são penas restritivas de direito: prestação de serviços à comunidade; interdição temporária de direitos; suspensão parcial ou total de atividades; prestação pecuniária; recolhimento domiciliar.
- E) O baixo grau de instrução, o arrependimento do infrator, a comunicação prévia do perigo iminente por parte deste e a sua colaboração com as autoridades responsáveis pela vigilância e controle ambiental não podem ser consideradas circunstâncias que atenuam as penas.
- 29. (PMA/URCA 2026) A manutenção da vegetação nativa traz uma série de benefícios para a manutenção da qualidade dos ecossistemas e dos serviços ecossistêmicos. Marque a opção correta quanto a um dos benefícios trazidos pela manutenção das matas/florestas conservadas.**
- A) Redução do banco de sementes presente no solo.
- B) Aumento do efeito de borda, especialmente da temperatura.
- C) Elevação dos indicadores de erosividade do solo.
- D) Ampliação da possibilidade de desestabilização das encostas.
- E) Reestabelecimento das condições físicas e químicas do solo.
- 30. (PMA/URCA 2026) A lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para fins do disposto na referida legislação, marque a opção correta:**
- A) Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos devem sempre serem vistos, no âmbito de suas ações, de forma individualizada e não encadeados.
- B) A gestão integrada de resíduos sólidos deve ser percebida como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial.
- C) O ciclo de vida do produto pode ser compreendido como a série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o consumo e a disposição final, independentemente do processo produtivo.
- D) A PNRS não permite a celebração de ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.
- E) Geradores de resíduos sólidos são pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.
- 31. (PMA/URCA 2026) A lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC divide as categorias de Unidades de Conservação (UCs) em dois grandes grupos: as UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável. Com relação às UCs de Proteção Integral, que permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, é possível afirmar que a categoria que faz parte desse grupo seja:**
- A) Refúgio de Vida Silvestre.
- B) Área de Relevante Interesse Ecológico.



C) Área de Proteção Ambiental.

D) Floresta Nacional.

E) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

32. (PMA/URCA 2026) A primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorreu:

A) No Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.

B) Em Joanesburgo, África do Sul, em 2002.

C) Estocolmo, Suécia, em 1972.

D) Em Paris, França, em 2015.

E) Nairóbi, Quênia, em 1977.

33. (PMA/URCA 2026) O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 afirma que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Neste artigo encontra-se implícito o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito foi formalmente apresentado, via documento oficial e em nível internacional, no(a):

A) Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987.

B) Declaração de Estocolmo, em 1972.

C) Protocolo de Quioto, em 1997.

D) Convenção de Ramsar, em 1971.

E) Protocolo de Montreal, em 1987.

34. (PMA/URCA 2026) No artigo 1º da Lei nº 9.433/1997, que “Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” estão explicitados os fundamentos desta lei. Marque a opção correta quanto aos seus fundamentos:

A) A água é um recurso natural limitado, não dotado de valor econômico.

B) A água é um bem de domínio público e também privado.

C) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso setorizado das águas.

D) Em situações de escassez, o consumo humano e a dessedentação de animais são prioritários.

E) A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada no poder público.

35. (PMA/URCA 2026) A Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, estabeleceu “as diretrizes nacionais para o saneamento básico”. Com relação à essa legislação é correto afirmar:

A) A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos não fazem parte do conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações ligadas ao saneamento básico.

B) Não existe a previsão de prestação regionalizada, onde possa ser oferecida a prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região.

C) Nos termos da lei do saneamento básico não existe espaço para concessão de subsídios para fins de universalização do acesso ao saneamento básico.

D) A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico não está sujeita à outorga do direito de uso.

E) A transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados e o controle social compõem o conjunto dos princípios fundamentais da legislação supramencionada.

36. (PMA/URCA 2026) O Código Florestal (lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”. No que tange à essa legislação, assinale a opção correta:

A) A Área de Proteção Permanente (APP) deve, obrigatoriamente, ser coberta por vegetação nativa.

B) O Código Florestal prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

C) Ele não estabelece normas para o controle da origem dos produtos florestais ou para o controle e prevenção dos incêndios florestais.

D) Eximiu, no âmbito da criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa, a responsabilidade comum dos entes federados.

E) O fomento à pesquisa científica e tecnológica não pode ser considerado um dos princípios do Código Florestal.

37. (PMA/URCA 2026) O Brasil é um país de dimensões continentais existindo, portanto, uma grande variação das suas características físico-naturais, entre elas as suas características climáticas. O único tipo climático que não ocorre no Brasil é:

A) Equatorial

B) Tropical

C) Tropical semiárido

D) Monções



E) Subtropical

38. (PMA/URCA 2026) “Em 22 de fevereiro de 1989 foi promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), integrando a gestão ambiental no país. Até então, havia várias instituições no governo federal com diferentes visões, muitas vezes contraditórias, para tratar sobre o tema. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior. A Sema teve papel de articulação muito importante na elaboração da Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em vigor até hoje. A lei estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), único com poder de legislar. A PNMA foi um grande avanço. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, essa lei foi a única a ser recepcionada na íntegra. Por outro lado, sua efetivação foi construída aos poucos”.

(IBAMA, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acao-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama#atribuicoes>).

O texto acima faz um histórico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em relação ao IBAMA é possível afirmar:

- A) Ele perdeu todas as suas atribuições quando da criação do ICMBio.
- B) Não possui autonomia financeira ou administrativa.
- C) É uma autarquia federal de direito público.
- D) É uma empresa pública de direito privado.
- E) Não pode exercer o poder de polícia ambiental.

39. (PMA/URCA 2026) Com relação à Resolução 01/1986, da lavra do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), é correto afirmar que ela:

- A) Estabelece, claramente, critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de Impacto Ambiental.
- B) Prevê a realização de Estudo de Impacto Ambiental, mas não de Relatório de Impacto Ambiental.
- C) Exclui as linhas de transmissão de energia, acima de 230KV, da necessidade de licenciamento ambiental.
- D) Equivocadamente não protege o patrimônio espeleológico (cavernas, grutas, abismos e sistemas cársticos) nacional.
- E) O estudo de impacto ambiental não está obrigado a apresentar alternativas tecnológicas ou de localização do projeto.

40. (PMA/URCA 2026) No que diz respeito à Resolução 237/1997, da lavra do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), é correto afirmar:

- A) O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo no qual o órgão ambiental considera somente as atividades efetivamente poluidoras.
- B) O licenciamento ambiental considera, mediante procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental, apenas as atividades potencialmente poluidoras.
- C) Na licença ambiental o ato administrativo do órgão ambiental competente estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental.
- D) Os estudos ambientais devem considerar a localização, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, mas não a sua operação.
- E) O impacto ambiental regional é aquele que afeta diretamente duas ou mais microrregiões ou macrorregiões de planejamento dentro de um mesmo Estado.